



**Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

Assunto: Ausência de resposta a família que vive num barracão na Fajã de Baixo

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa., para efeito de admissão, requerimento com pedido de respostas por escrito, dirigido ao Governo Regional, nomeadamente à Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego

12 de março de 2026

Com os melhores cumprimentos,

A Representação Parlamentar do BE/Açores

(António Lima)

Exma. Sra. Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego

A 22 de fevereiro de 2026, foi noticiado pelo jornal Açoriano Oriental o caso de uma família que vive há mais de uma década num barracão, em condições extremamente precárias, na freguesia da Fajã de Baixo, em Ponta Delgada.

A família, com duas crianças, uma de quatro anos e outra de 12, divulgou o caso com o objetivo de “ganhar visibilidade junto da comunidade e das entidades oficiais”.

No passado dia 11 de março, 17 dias após o caso ter sido tornado público, a família admitiu ainda não ter sido contactada por nenhuma entidade, mesmo depois de terem sido divulgadas as condições do espaço.

Segundo a notícia, “nem o Instituto da Segurança Social (ISSA), nem a Comissão para a Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), nem a Direção Regional da Habitação procuraram esta família até ao momento”.

O caso é de extrema gravidade, uma vez que de acordo com o noticiado, o teto do barracão está a ceder e a ligação ao esquentador encontra-se dentro da casa de banho, sem ventilação, o que coloca em causa a segurança desta família.

Para além disso, a inexistência de isolamento térmico, contribui para a exposição à humidade e ao frio, que tem tido consequência na saúde da filha mais nova, que “mantém crises frequentes de bronquiolite, já confirmadas por atestado médico, que associa a situação clínica às condições em que vive”.

Segundo o que o jornal apurou, “a situação é conhecida pelas autoridades, as crianças continuam à espera de respostas institucionais, soluções legais e processos administrativos que se mantêm fragmentados”. Um processo que permanece sem resolução há 12 anos.

Considerando que o acesso a uma habitação digna é um direito constitucional.

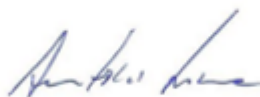
Considerando os impactos na saúde e segurança desta família, que tem a seu cargo dois menores.

Considerando que a família está desesperada por uma solução, questionando “quanto mais tempo a vida destas duas crianças continuará em suspenso”.

Assim, nos termos estatutários e regimentais e atendendo ao exposto, a Representação Parlamentar do BE/Açores solicita a V.^a Ex.^a a seguinte informação:

- 1- Tem o Governo Regional conhecimento desta situação? Se sim, por que motivo ainda não foi facultada qualquer resposta a esta família?
- 2- Que medidas estão previstas para dar resposta à carência habitacional desta família e qual o prazo previsto para a sua concretização?

A Representação Parlamentar do BE/Açores



(António Lima)

12 de março de 2026